Centro Nacional de Fé e Política

"Dom Helder Câmara"

Boletim Informativo Nº 15 - maio/junho 2010

Editorial

Prezados amigos da família CEFEP,

Mais uma comunicação através do nosso boletim, preparado pelo Sidney. Significa laços mais densos de fraternidade e amizade a serviço do Reino de Deus. Esperamos também que a serviço da Política como forma do exercício da caridade. Algumas novidades já estarão explicitadas no corpo do boletim.

Acrescento outras.

a)Publicamos neste período mais um livro da nossa lavra: DEMOCRACIA, IGREJA E CIDADANIA, Edições Paulinas, coordenado pelo professor Ivo Lesbaupin, fruto de um trabalho em mutirão pela Rede de Assessores. Acho que posso elogiar: está muito bom e vale a pena ser estudado com carinho. Há um plano das Paulinas, com apoio e parceria do CEFEP, para fazermos lançamento deste livro em algumas cidades. Algumas já se ofereceram: Rio, Campinas, Fortaleza...;

b) Está em preparação outro livro sobre: QUEM SÃO OS POBRES DO SÉCULO XXI, também a ser editado pelas Paulinas. Em breve deve estar em circulação. O professor Pedro Ribeiro está coordenando.

c) Antonio Evangelista, aluno desta terceira turma, fez um roteiro da cartilha das Eleições 2010 em PowerPoint. Um estímulo para bem utilizarmos este instrumento de educação política. O mesmo está disponível em nosso site. Aproveitem!

Em breve, nos encontraremos, Geraldo (como sempre muito dedicado) e eu, com os participantes da terceira turma nas respectivas regiões.

Um abraço para todos e todas,

Na amizade eivada pelo sangue cefepiano,

Padre Ernanne Pinheiro

Radicalizar a Democracia

O documento que a CNBB apresentou recentemente à sociedade brasileira sobre a Reforma do Estado tem como objetivo básico colocar em debate propostas de transformações que se fazem necessárias em virtude da abrangência e urgência que os problemas atuais requerem e que deveriam constituir objeto central de debate precisamente num período eleitoral. Neste contexto uma questão muito acentuada é que hoje novos sujeitos históricos levantam problemas a que o Estado e o processo democrático em suas configurações atuais não podem responder. Levando em consideração, como faz o documento, a construção histórica de nosso Estado, podemos compreender que o atual paradigma de Estado fez dele uma entidade para atender fundamentalmente os ricos, o andar de cima da sociedade. Com o surgimento de novos sujeitos históricos emergem perguntas que ultrapassam este padrão de Estado. Por esta razão, a questão não se refere ao Estado enquanto tal, mas diz respeito a este Estado que é estruturalmente incapaz de responder às grandes demandas da maioria da população. Numa palavra, os novos sujeitos exigem novas estruturas.

Um primeiro questionamento radical é sobre a forma atual de nossa vivência democrática, a Democracia Representativa, que se revela extremamente restritiva frente à grande reivindicação de participação na coisa pública. Ela "tem seu ponto alto no momento em que a pessoa, transformada em eleitor, aperta a tecla final "CONFIRMA", na urna eletrônica" (P. 22). Isto significa uma delegação aos eleitos para agirem em seu nome. Os novos sujeitos com seus questionamentos trazem ao debate público o fato de que com toda a formalidade dos rituais da Democracia Representativa o que se consegue é apenas estabelecer a base, ou seja, "a possibilidade de se construir a verdadeira e total participação do povo enquanto ser e agente político a serviço do direito natural, do legítimo direito à vida, á liberdade e ao bem comum" (P. 22).

Por esta razão este tipo de democracia não pode esgotar todas as formas de vivência democrática e a questão de fundo aqui tem a ver com o reconhecimento institucional do verdadeiro soberano que é o povo e com a busca de mecanismos através de que ele possa realmente exercer plenamente sua soberania. O fato mais importante neste contexto de início de século é que a Democracia vem sendo cada vez mais exercida por grupos aos quais ela havia sido secularmente negada em nosso meio.

Aqui se faz referência a problemas extremamente delicados face aos preconceitos que marcam nossa tradição cultural profundamente impregnada por concepções que de fato negam a igualdade e a dignidade de todos os seres humanos. A tese fundamental é que para que um processo de autêntica democracia se efetive entre nós se faz necessário o reconhecimento do caráter pluricultural da nação e do direito à identidade cultural individual e coletiva; da igual dignidade das culturas o que exige a ruptura com a supremacia institucional da cultura ocidental; mais ainda implica o reconhecimento do caráter de sujeito político dos povos de comunidades indígenas, campesinas, ribeirinhas e quilombolas, o que por sua vez implica a superação do tratamento tutelar destes povos usados como objetos de políticas prescritas por terceiros e do reconhecimento das variadas formas de participação, consulta e representação direta de povos indígenas, camponeses e afrodescendentes.

O pano de fundo ético que sustenta estas ideias foi expresso com precisão por Pio XII: "A comunidade política tem na referência ao povo a sua autêntica dimensão: ela é, e deve ser, na realidade, a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo. O povo não é uma multidão amorfa, uma massa inerte a ser manipulada e instrumentalizada". Se a democracia atual não trata o povo como sujeito político pleno, faz-se urgente a busca de superação de seus limites o que significa ampliar o conjunto dos sujeitos políticos com vez e voz no processo de construção da vida coletiva.

Manfredo Araújo de Oliveira UFC

Curso de Ecumenismo

Terra e Humanidade ameaçadas pela crise ambiental: Desafio ao Ecumenismo

Apresentação

A atual crise econômico-financeira que agravou os níveis de desemprego, pobreza e carência alimentar, contribuiu para desnudar outra crise mais profunda e estrutural: a da própria terra e de seus limites. O desmatamento acelerado, ameaçando a biodiversidade do planeta; a escassez de água doce, a poluição do ar, a contaminação dos oceanos, dos lençóis freáticos, do solo nas cidades, zonas industriais e no campo, por acúmulo de lixo, rejeitos químicos e agrotóxicos e a sobre exploração de recursos naturais não renováveis, quebraram a capacidade de a terra recompor seu próprio equilíbrio. Deixou de ser sustentável o modelo civilizatório baseado no consumismo, no desperdício e na desigualdade social. Milhões de seres humanos estão migrando de regiões flageladas por secas, inundações e outros desastres climáticos provocados pelo aquecimento global.

As Igrejas cristãs e as religiões carregam responsabilidade crucial na tarefa de transformar a atual postura de dominação e exploração da terra, convertendo-a em relação de cuidado e preservação, ensinando-nos a viver em harmonia com o universo, com a natureza, com os demais seres humanos e, por fim, com a realidade última de todas as coisas. Crianças e jovens estão cada vez mais sensíveis a esse desafio que exige respeito pela natureza, mudança de atitudes e hábitos de consumo, crescimento sustentável com distribuição mais justa e equitativa da riqueza comum.

O desafio ambiental implica em revisitar os relatos bíblicos e os de outras tradições religiosas, rever e aprofundar a teologia, forjar espiritualidade que sustente o compromisso pessoal e comunitário em favor da integridade da criação e da sobrevivência e bem-estar do conjunto da humanidade, assumindo novas atitudes pastorais, sociais e ambientais. O Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, CESEP, em parceria com o MOFIC, CLAI, KOINONIA e com o apóio do CONIC, oferece este curso de Ecumenismo, com ênfase na construção de sociedades baseadas no cuidado e responsabilidade em relação à criação e em renovada solidariedade entre os humanos.

Destinatários/as

Lideranças religiosas de comunidades e organismos ecumênicos, estudantes de teologia, pesquisadores das religiões, professores de ensino religioso, pessoas com abertura e sensibilidade ecumênicas e dispostas ao diálogo inter-religioso. Num horizonte latino-americano e caribenho, o curso oferece contribuições teóricas em diálogo com experiências de vida e diferentes estilos de celebrações e espiritualidades.

Assessores/as

- Histórico da reflexão e ações em favor da Integridade da Criação, da Justiça e da Paz, por parte do: - Movimento Ecumênico

Pe. Dr. José Oscar Beozzo. ITESP e CESEP, São Paulo, SP.

-Catolicismo:
Dr. Wagner Lopes Sanchez. PUC-São Paulo, SP.

- Antigas Igrejas Orientais e Igrejas Ortodoxas: Dr. Dimitrios Vahe Attarian - São Paulo, SP.

- Protestantismos:
Dr. Lauri E. Wirth - UMESP - São Bernardo SP.

- Movimentos e Igrejas Pentecostais: Dra. Cecilia Castillo Nanjarí - CLAI, São Paulo, SP.

Bíblia: revisitando os relatos da criação:
Marcelo Barros OSB - Recife, PE.

Por uma Espiritualidade do cuidado e da co-responsabilidade frente à criação:
Dr. Faustino Teixeira, UFJF, Juiz de Fora, MG..

Custos e Bolsas*

Estudo U$ 140,00
Hospedagem e alimentação U$ 135,00

Total U$ 275,00

* O CESEP dispõe de um número limitado de bolsas para hospedagem e alimentação destinadas a apoiar a participação de pessoas com dificuldades financeiras. Se você se candidatar a uma destas bolsas, especifique, por favor, em carta separada, os motivos do seu pedido e o valor com que pode contribuir.

Mairoes informações: http://www.cesep.org.br/ecumenismo_2009.htm

Fonte: CESEP

Cartilha Eleitoral "Eleições 2010: O Chão e o Horizonte"

Eleições 2010: O chão e o horizonte", este é o nome da cartilha eleitoral que servirá de subsídio ao eleitor e também de preparação das eleições de 2010. A cartilha foi elaborada pelo Conselho Nacional dos Leigos/as do Brasil (CNLB); Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" (CEFEP); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) e Pastorais Sociais da CNBB.

Para fazer o pedido da cartilha, o interessado deve entrar em contato com a editora Scala nos telefones (62) 4008-2350 08007038353; pelos e-mails: cpp@cpp.com.br / vendas@cpp.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. O preço da cartilha por unidade e de R$ 1,00

Fonte: CNBB

Escola diocesana de Fé e Política é lançada e aulas começam dia 19 de junho

Foi lançada na noite da última quinta-feira, dia 20 de junho, a Escola de Fé e Política "Dom Manuel Pereira" da Diocese de Campina Grande. A solenidade que aconteceu no auditório da Cúria diocesana, no centro de Campina Grande, foi marcada por explicações sobre como funcionará a escola e uma mesa redonda referente ao tema "Onde dormirão os pobres: desafios e perspectivas numa sociedade em mudança".

De acordo com um dos coordenadores da Escola, Roberto Jefferson Normando, as aulas começarão no próximo dia 19 de junho com o módulo "Os conceitos sobre fé e política e educação popular". O curso terá duração de seis meses e será realizado no terceiro sábado de cada mês. As matrículas já estão sendo feitas na Cúria diocesana, pelo valor de R$ 20. A mensalidade custará R$ 10. A turma será formada por uma média de 50 pessoas e não existe faixa etária específica para participar da formação.

Na noite de lançamento foi formada uma mesa de honra com representantes da coordenação da escola, da Diocese e instituições parceiras e, em seguida, a mesa redonda. Iniciando os debates nessa mesa, o economista e professor da Universidade Estadual da Paraíba, Geraldo Medeiros, fez uma análise da conjuntura econômica do Brasil, destacando que o Brasil não é um país pobre. "Hoje temos a oitava economia do mundo. A renda e a riqueza estão concentradas aqui, onde o capital financeiro é centralizado e monopolista", frisou.

Dando continuidade às reflexões do tema da mesa, o filósofo e professor da Escola de Fé e Política, José Luiz Sepúlveda, ressaltou os desafios do Cristianismo no século XXI. "Temos que ser críticos em relação ao sistema econômico, político e social vigente, bem como anunciar um Jesus Cristo que seja compreendido e que motive o seu seguimento, além de promover um real diálogo ecumênico", disse.

Encerrando os debates, o deputado federal e Padre Luiz Couto destacou os grandes perigos da sociedade contemporânea, que, segundo ele, são "a arrogância, na qual a minha idéia é a verdade; a hipocrisia, pois é preciso assumir que temos limites; e o ufanismo, quando se generaliza as situações", frisou. Ele enviou os presentes afirmando que "como diz o evangelho, temos que ser sal, luz e fermento em todo lugar".

Fonte: Pascom - Diocese de Campina Grande

AGU afirma que projeto Ficha Limpa é constitucional

O advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, encaminhou na segunda-feira (31/06) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva parecer em que afirma estar dentro da lei o projeto que exige ficha judicial limpa para políticos que desejam participar de processos eleitorais. A AGU, que enviou sua posição para que o chefe do Executivo não tenha sua decisão contestada ao sancionar a lei, não entrou no mérito de se a exigência de ficha limpa pode ou não ser aplicada no pleito de outubro.

O Congresso Nacional aprovou projeto que torna inelegível candidato condenado em decisão colegiada por crimes contra a administração pública, o sistema financeiro, ilícitos eleitorais, de abuso de autoridade, prática de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tortura, racismo, trabalho escravo ou formação de quadrilha.

No texto avalizado pelo Legislativo, o candidato pode, no entanto, eventualmente apresentar recurso, com efeito suspensivo, contra uma decisão de segunda instância que o tenha condenado por algum crime que acarrete em inelegibilidade. Essa alternativa ocorreria apenas "em casos em que existam evidências insofismáveis de que os recursos possam vir a ser providos".

A opinião da AGU atestando a legalidade do projeto do Ficha Limpa acaba com a tese de que o impedimento de um candidato com ficha suja concorrer nas eleições violaria o princípio da presunção da inocência.

"A morosidade do nosso sistema judiciário, as incríveis peripécias processuais que podem ser realizadas por hábeis e competentes advogados no retardamento das decisões finais em processos judiciais legitimam, no mérito, a intenção de que sentenças ainda não transitadas em julgado (que ainda podem ser alvo de recurso) possam determinar, de plano, o afastamento da vida pública daqueles que por elas, em certos casos, foram condenados", defendeu o deputado José Eduardo Cardozo no texto que foi confirmado pelo Congresso.

Fonte: CNBB

Encontro Regional com os participantes do Curso de Formação Política para Cristãos/as Turma 2010/2011

Inicia-se no mês de junho uma série de encontros regionais com os participantes da terceira turma do Curso de Formação Política oferecido pelo CEFEP. O objetivo é estudar e avaliar o primeiro semestre do ensino a distância (parte integrante do curso), analisar os projetos para a monografia que deve ser apresentada ao término do curso, além de aprofundar temáticas regionais ou de maior interesse do grupo.

Os encontros regionais com os alunos do CEFEP estão previstos para as seguintes datas:

17 e 18 de junho - em Manaus AM alunos de AM, PA e Rondônia.

03 e 04 de julho - em Campinas RS; PR e SP.

09 a 11 de julho- em Recife Nordeste, menos BA.

17 e 18 de julho em Belo Horizonte MG; ES; RJ e BA.

24 25 de julho- em Barra do Garças MT alunos de MT; MS; DF e Centro-Oeste.

Fonte: CEFEP

Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Aí você encontrará documentos e artigos atuais e importantes relacionados à temática Fé e Política

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fone/fax: (61) 3349 4623
e-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Sidney Sabino
Revisão: Pe. José Emanne Pinheiro